



ACÓRDÃO Nº444/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11955/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE .
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Thiago Nobre Rosas (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 526/2023-MPC/EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE . Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Senhor **Ricardo Queiroz de Paiva**, Defensor Geral, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Senhor **Thiago Nobre Rosas**, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE/AM, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Dar quitação** ao Senhor **Ricardo Queiroz de Paiva**, Defensor Geral, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº444/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **Thiago Nobre Rosas**, Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE/AM, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.
- 10.5. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.5.1.** Atraso no envio dos balancetes mensais da competência janeiro/2021 e fevereiro de 2021, conforme apontado pelo sistema e-contas;
- 10.5.2.** Ausência do reconhecimento mensal da quota da taxa de depreciação no. A depreciação foi reconhecida integralmente no mês de dezembro de 2021;
- 10.5.3.** Não foram evidenciados em Notas Explicativas os critérios de reconhecimento e políticas contábeis adotadas no cálculo da depreciação;
- 10.5.4.** Reconhecimento integral das movimentações na conta Material de Consumo (1156101000000) concentradas no mês de dezembro de 2021. Contatou-se que, apesar do indício de existência de consumo ao longo do ano, não foram registradas contabilizações na respectiva conta durante o período de janeiro a novembro de 2021 o que indica inobservância ao regime de competência;
- 10.5.5.** Foram identificados lançamentos a crédito nas contas do grupo Imobilizado, o que pode indicar a baixa ou alienação de itens do ativo imobilizado sem a divulgação/conciliação do valor contábil no início e no final de período demonstrando a baixa ou reduções decorrentes de reavaliações, doações, alienações e/ou perda por redução do valor recuperável;
- 10.5.6.** Ausência de informação acerca da política contábil do ativo intangível. Foi identificado um saldo de R\$ 946.956,46 na conta Softwares (12411010000). Não há informação em notas explicativas a respeito da vida útil do ativo intangível (indefinido ou definido);
- 10.5.7.** Ao longo do exercício de 2021 foram identificados diversos lançamentos a crédito em contas de variação patrimonial diminutiva que possuem natureza devedora e deveriam receber, em sua maioria,



ACÓRDÃO Nº444/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

lançamentos a débito;

10.5.8. Constatou-se, nos autos do Pregão Eletrônico nº 10/2021 (aquisição de veículos), que o mapa de preços nº 007/2021 foi realizado com apenas duas propostas de preços;

10.5.9. Não consta nos autos do processo nº 6906/2020 (nº próton), que trata da aquisição de veículos para Defensoria, minuta contratual ou termo de contrato assinado entre a DPE/AM e o contratado. Em que pese às características do objeto e previsão editalícia de obrigatoriedade de garantia, não há indicação de existência de minuta contratual nos anexos do edital de pregão eletrônico nº 10/2021. O gestor deve justificar a ausência de termo contratual;

10.5.10. Não foi encontrada portaria de designação de fiscal de contrato nos autos do processo nº 6906/2020 (nº próton) que trata da aquisição de veículos para Defensoria portaria de designação de fiscal de contrato;

10.5.11. A Defensoria Pública contratou, por meio de inexigibilidade de licitação, a empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas (CNPJ 07.797.967/0001-95) para o fornecimento de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública nominado “banco de preços” (processo próton nº 1875/2021). Segundo consta nos autos do processo de contratação, o serviço seria prestado de forma exclusiva pela contratada. Em breve pesquisa é possível constatar a existência de outras ferramentas disponíveis no mercado (<https://www.cotacaozenite.com.br/home>), bem como o Painel de Preços disponibilizado de forma gratuita pelo Governo Federal (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br>);

10.5.12. O contrato nº 04/2016-DPE/AM cujo objeto é a contratação de serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos por meio de cartão magnético celebrado com a empresa Ticket Soluções para atender as necessidades da frota de veículos da Defensoria Pública do Estado do Amazonas estava em seu 4º termo aditivo que tinha como prazo final 01/08/2021, incluindo a possibilidade de renovação de 60 meses;

10.5.13. Não constam nos autos do processo de concessão de adiantamento às servidoras Josy Cristiane Lopes de Lima e Francine Lúcia Buffon Baldissarella datados de 22/10/2021 (processo Próton nºs 007071/2021 e 006998/2021) as respectivas prestações de contas;



ACÓRDÃO Nº444/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5.14. Não foram encontrados nos autos dos processos de concessão de diárias as respectivas prestações de contas;

10.5.15. Não foi encontrado registro do encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal ao Tribunal de Contas no sistema GEFIS.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral